



**TRABALHO, MEIO AMBIENTE E MODOS CULTURAIS DE VIVER: DISPUTAS  
TRABALHISTAS NA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE ITACOATIARA  
(DÉCADA DE 1980)**

**Sofia Martins Prazeres Dos Santos**  
Universidade Federal do Amazonas  
sofiampantos09@gmail.com

**Nelson Tomelin Junior**  
Universidade Federal do Amazonas  
nelsontomelin@yahoo.com.br

**RESUMO**

A partir de investigações sobre processos trabalhistas da década de 1980 da antiga Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) do município de Itacoatiara/AM, buscou-se nesta pesquisa o aprofundamento da compreensão histórica de disputas específicas nesse meio, a partir de táticas próprias de homens e mulheres nessas conciliações, pela defesa de sua cultura, por justiça e revalorização de seus modos próprios de vida. Abrangeu o projeto período que atravessa difíceis conflitos pelo direito ao meio ambiente, com a articulação de poderes populares por esses trabalhadores naquele momento. Articula-se, nesse movimento de defesa de direitos e modos de vida, a participação de sujeitos sociais na própria formação daquela cidade do interior do estado do Amazonas. A partir de problematizações desses documentos apostamos na hipótese de produzir e validar outras histórias, geralmente silenciadas e esquecidas, por meio das quais, contudo, inconformismos e resistências diante da exploração do trabalho, da expropriação de modos culturais de viver transformaram-se em ações concretas na Justiça.

**Palavras-Chave:** Processos trabalhistas; meio ambiente; crianças e adolescentes; resistências; década de 1980.



## 1. INTRODUÇÃO

A partir de reclamações trabalhistas em torno de casos de derrubada da mata, e temáticas processuais amplas na Junta de Conciliação e Julgamento do município de Itacoatiara na década de 1980, envolvendo modos culturais de trabalhar e resistir naquela cidade, a presente pesquisa buscou aprofundar a problematização de táticas e formas próprias de luta de trabalhadores e trabalhadoras em audiências judiciais de conciliação (CERTEAU, 1996). As suas demandas por justiça e revalorização de modos de vida associados à defesa do meio ambiente, da condição de gênero e de direitos humanos, eventualmente com crianças e adolescentes envolvidos nessas disputas, enfrentamentos que naquele campo evidenciam valores próprios da histórica cultura amazônica de famílias, homens e mulheres, meninos e meninas, aparecem evidenciados nesses processos trabalhistas.

A oportunidade de colocar em diálogo esse importante acervo documental da Justiça do Trabalho contribuiu para avançarmos perspectivas metodológicas e novos encaminhamentos teóricos para a análise dos processos trabalhistas como fontes da pesquisa histórica. A investigação em tela visou aprofundar estudos sobre perspectivas da experiência de trabalhadores na Amazônia que merecem sistemática pesquisa no campo da história social. Também como evidência da relevância desse trabalho, observa-se que as reclamações judiciais movidas pela classe trabalhadora da região, ao menos nas autuações trabalhistas levantadas, indicam luta por justiça e possibilidade de intervenção no espaço formal da justiça e dos operadores do direito.

Assim, o campo da Justiça se revela, por meio dos processos trabalhistas, como importante espaço para compreender a dinâmica social e histórica das experiências dos trabalhadores nas relações de trabalho no meio em que vivem. Com Thompson (1998), questionamos o olhar sobre a classe trabalhadora como *vencida*. Com isso, amplia-se todo um campo de possibilidades teórico-metodológicas em que trabalhadores, negros, indígenas, homens e mulheres excluídos aparecem na História com nome próprio (GOMES; SILVA, 2013), e não como produtos de determinantes estruturais do movimento social (SEFFNER, 2014).

Buscou-se perceber aqui a classe trabalhadora não só pelo filtro dos números e relações econômicas, mas como pessoas com modos de vida próprios, lutas diárias e formas de transmissão oral, percebendo-se a luta de classes no seu processo histórico. Com o estudo dos processos jurídicos, pode-se perceber a existência desses sujeitos que foram excluídos por tanto tempo em suas formas de organização e defesa de modos próprios de vida.

## 2. OBJETIVO GERAL

Evidenciar a partir da análise de processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara as experiências e organização de trabalhadores, seus modos de viver, criar e defender o meio ambiente e sua cultura de resistências no período da década de 1980.

## 3. METODOLOGIA

A historiografia tem se dedicado ao estudo dos processos e outras dimensões da prática judicial trabalhista como fonte histórica (CHALHOUB, 2005 e 1999; GOMES e SILVA, 2013; THOMPSON, 1997 e 1998), sendo essa documentação alvo do interesse e responsabilidade de Arquivos e Centros de Memória, a exemplo do que realiza, no Amazonas, o CEMEJ/TRT 11ª REGIÃO.

Buscou-se aqui refletir sobre conflitos em torno da exploração madeireira no Amazonas em momento marcado pela ditadura civil-militar no país (1964-1985), a partir de processos trabalhistas



contra “derrubadoras” da mata na região, e práticas extrativistas predatórias, a fim de problematizar temáticas sobre cultura, trabalho e a produção social do meio ambiente. Os registros desses conflitos naqueles foros trabalhistas tratam da intrínseca relação entre a formação do capital e a conquista da natureza na região. Tudo devidamente contratado na letra da lei, sob os auspícios da justiça trabalhista. É a análise desses “contratos” que se propôs nesta investigação.

Observa-se do levantamento desses processos, os quais se acumulam no período analisado, a possibilidade de reflexões sobre a dinâmica de formação de latifúndios na Amazônia. A presente pesquisa procurou refletir a hipótese de concentração dessas glebas de terra, eventualmente de forma parcelada, com a anexação progressiva de propriedades médias pelo desmatamento contínuo.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto procura analisar a experiência de vários grupos sociais, observando as relações sociais em família, bem como os hábitos e costumes de mulheres, homens e crianças, e como constituem forças culturais que oferecem uma análise mais abrangente da dinâmica social e histórica da resistência no trabalho.

A pesquisa também se preocupou em problematizar a relação entre os trabalhadores e a natureza, observando nos processos o desmatamento, a formação de latifúndios, a concentração de terras e como as reclamações trabalhistas de parte dessa população do interior do estado do Amazonas podem e evidenciam as perspectivas social e culturalmente desagregadoras desse desenvolvimento industrial na região. A partir das fontes estudadas ao longo da pesquisa, nota-se como a relação entre Itacoatiara e Manaus foi primordial para a formação de um processo produtivo voltado para a implantação e expansão dos interesses do capital, com as instalações de indústrias e agroindústrias, madeireiras e fazendas, tendo como propósito principal explorar o meio ambiente e do trabalho amazônico (SILVA, 2021).

É possível observar a proeminente presença dos laços familiares nas atividades produtivas conduzidas no ambiente rural, bem como no envolvimento em processos judiciais perante as Juntas de Conciliação e Julgamento, conferindo relevância à instituição familiar nas relações sociais dos trabalhadores da cidade de Itacoatiara (SANTOS JÚNIOR, 2015, p. 86).

É a partir desse contexto que o conceito de cultura é definido por Raymond Williams, constituída essa a partir de significados comuns, e, principalmente, como produto social global de uma sociedade em relação com significados individuais, da experiência social e pessoal de cada indivíduo. Ou seja, criar uma cultura de resistência é poder contar também com as denúncias de vizinhos, vínculos familiares e outros trabalhadores que estão em situações laborais similares.

Quando se trata das reclamações, implementou-se um estudo minucioso de sua natureza. Entre as solicitações mais recorrentes estão o recebimento do décimo terceiro salário, as férias, a regularização do pagamento salarial, bem como a integralidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). De forma secundária, registram-se reclamações relacionadas ao benefício previdenciário de auxílio-doença, ao adicional noturno e ao salário-maternidade. Além disso, a anotação apropriada na Carteira de Trabalho e sua devolução são elementos que figuram de modo predominante na maioria das ocorrências analisadas.

Outrossim, merece destaque a ausência de problemáticas acerca do direito de propriedade dessas terras, bem como da forma como foram adquiridas, seja através de grilagem ou invasões. Além disso, há uma notável omissão no que se refere ao questionamento do desmatamento propriamente dito. Nos processos estudados, constata-se uma abordagem unicamente voltada ao julgamento dos trabalhadores, sem que, em momento algum, sejam levantadas questões voltadas ao desmatamento, ou mesmo ao trabalho infantil e às precárias condições laborais às quais esses



trabalhadores estavam submetidos. Tal lacuna evidencia aspectos relevantes sobre o funcionamento do sistema judiciário no período em análise.

## 5. CONCLUSÕES

Em suma, este estudo não apenas delineou o panorama das disputas trabalhistas ocorridas em Itacoatiara na década de 1980, mas também evidenciou o papel primordial desempenhado pelas denúncias corajosas em compor uma cultura resiliente.

As conclusões aqui obtidas reverberam não somente no âmbito laboral, mas também na esfera mais ampla da dinâmica social e ecológica, sinalizando a necessidade contínua de explorar os documentos produzidos pelo sistema Judiciário e sua interconexão com os modos de vida das comunidades. À medida que avançamos no entendimento da importância do estudo das disputas trabalhistas, é crucial continuar investigando e explorando novos ângulos, a fim de obter uma visão mais completa e precisa.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

CENTRO DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO  
CEMEJ/TRT 11ª REGIÃO/MANAUS/AM  
Conjunto de Processos Trabalhistas (década de 1980)  
Junta de Conciliação e Julgamento Itacoatiara/AM

### Bibliografia

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. **História em Cousas Miúdas**: capítulos de história social no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2011

GOMES, Ângela de Castro e SILVA, Fernando Teixeira da (org.) **A Justiça do Trabalho e sua história**: os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

SANTOS JÚNIOR, José Pacheco dos. **Meninos e meninas na Justiça do Trabalho**: leis, conflitos e trabalho infantojuvenil no sudoeste da Bahia (1964-1972). Dissertação de Mestrado, PPGHS, USP, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09112015-124606/pt-br.php>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

SEFFNER, Fernando et al. Narrativas da origem histórica dos direitos humanos nos manuais de direito. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 694-719, Sept. 2014.

SILVA, Avelino Pedro Nunes Bento da. **Histórias, poderes, disputas e resistências: trabalhadores em uma Junta de Conciliação e Julgamento (Itacoatiara, AM, 1979-1984)**. Dissertação de Mestrado - UFAM

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Senhores & Caçadores**. A origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Agradeço ao professor Dr. Nelson Tomelin, pelas correções e ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do projeto.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

Aos meus pais e irmãos, que me incentivaram nos momentos difíceis e por todo o apoio e ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho.